

NARRATIVAS INTERSECCIONAIS: MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS NO IFTO – CAMPUS PALMAS

**Marina Ribeiro Pereira¹
Khellen Cristina Pires Correia Soares²**

<https://doi.org/10.5281/zenodo.17496435>

RESUMO: Este trabalho faz parte da construção em processo de elaboração no mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), tem como objetivo principal estudar as narrativas autobiográficas das mulheres negras egressas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), evidenciando como os sistemas institucionalizados de opressão permeiam suas experiências, adotando a decolonialidade e a interseccionalidade como abordagens teóricas fundamentais para a análise dessas vivências no contexto educacional. A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender e revelar o racismo genderizado e seus impactos nas trajetórias de vida e formação, e coloca-se em uma encruzilhada, na qual a marginalização das mulheres negras atravessa as dinâmicas da EPT. Partir das narrativas e memórias dessas mulheres é reconhecê-las como sujeitos políticos e produzir, na seara acadêmica, discursos outros, capazes de romper com um longo processo histórico de apagamento. A pesquisa fundamenta-se em conceitos como interseccionalidade, estudos decoloniais, formação omnilateral, educação intercultural e educação humana integral. Autores como Lélia Gonzalez, bell hooks, Conceição Evaristo, Grada Kilomba, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro, Kimberlé Crenshaw, Marise Ramos, Catherine Walsh e Aníbal Quijano são referências essenciais para a compreensão das dinâmicas de opressão e resistência presentes na Educação Profissional e Tecnológica. A metodologia adotada consiste em realizar uma revisão bibliográfica abrangente das produções pertinentes à temática, seguida pela coleta e registro em texto e vídeo das narrativas autobiográficas de mulheres negras egressas do Ensino Médio Integrado do IFTO-Campus Palmas. Serão utilizadas rodas de conversa como estratégia para identificar e analisar as experiências, desafios e resistências enfrentadas pelas participantes. A análise das narrativas autobiográficas das mulheres negras permitirá identificar as diversas formas de opressão presentes no ambiente educacional investigado, bem como compreender como estereótipos e preconceitos de gênero e raça influenciam suas trajetórias educacionais. Espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate sobre a interseccionalidade na Educação Profissional e Tecnológica, evidenciando a importância de trazer visibilidade às experiências das mulheres negras. Os resultados obtidos podem colaborar para a formulação de políticas e ações que promovam a diversidade, a inclusão e a equidade no contexto educacional.

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT pelo IFTO - Campus Palmas.

² Doutora em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais e professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Palavras-chaves: Educação Profissional Tecnológica. Mulheres Negras. Interseccionalidade.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é marcada por um legado histórico de colonialidade e perpetuação de dinâmicas de poder que sustentam sistemas opressivos, como o racismo e o sexismo, profundamente enraizados nas instituições. Esses fenômenos têm moldado a construção histórica e a identidade contemporânea do país, e o que tradicionalmente se considera como "História" reflete uma narrativa hegemônica que atende a interesses específicos, ao mesmo tempo em que silencia e marginaliza as experiências individuais e coletivas de grupos étnicos minoritários. No caso da população negra, as últimas décadas têm sido marcadas por questionamentos e resistências, além da crescente consciência das desigualdades e discriminações que a atingem, bem como do papel do Estado e dos sistemas educacionais na superação desse paradigma.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), concebida como uma política pública que visa à formação integral da classe trabalhadora, assume um papel central na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Segundo Frigotto (2005), a EPT busca articular trabalho, ciência, cultura e tecnologia dentro de um projeto educacional que promova a democracia e a justiça social. Contudo, ao mesmo tempo que a EPT se apresenta como um caminho para a emancipação das classes populares, é necessário considerar se, e como, essa proposta educacional tem sido efetiva na inclusão de mulheres negras em áreas historicamente dominadas por homens e brancos.

Apesar dos avanços na legislação e em políticas públicas voltadas para a inclusão social e a promoção da igualdade racial, as mulheres negras continuam a enfrentar barreiras que limitam suas oportunidades educacionais e profissionais. Mulheres negras seguem sub-representadas em cursos de áreas como ciências exatas e tecnológicas, as quais tendem a ser mais valorizadas no mercado de trabalho. Essa sub-representação é resultado de uma combinação de fatores que incluem o racismo institucional, o sexismo e a falta de políticas de apoio que considerem as especificidades dessas mulheres.

A interseccionalidade, um conceito desenvolvido por Kimberlé Williams Crenshaw (2002), oferece uma lente teórica importante para analisar as múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres negras. Crenshaw argumenta que o racismo, o sexismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios se cruzam para estruturar as posições sociais e as experiências de grupos minoritários. No contexto da EPT, essa abordagem interseccional é essencial para entender como as trajetórias educacionais e profissionais das mulheres negras são moldadas por essas intersecções de opressão.

Partir das narrativas e memórias dessas mulheres é reconhecê-las como sujeitos políticos e produzir, na seara acadêmica, discursos outros, capazes de romper com um longo processo histórico de apagamento. A pesquisa fundamenta-se em conceitos como interseccionalidade, estudos decoloniais, formação omnilateral, educação intercultural e educação humana integral. Autores como Lélia Gonzalez, bell hooks, Conceição Evaristo, Grada Kilomba, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro, Kimberlé Crenshaw, Marise Ramos, Catherine Walsh e Aníbal Quijano são referências essenciais para a compreensão das dinâmicas de opressão e resistência presentes também na Educação Profissional e Tecnológica.

O estudo tem como objetivo geral apresentar as narrativas autobiográficas de mulheres negras egressas da Educação Profissional e Tecnológica, destacando como os sistemas de opressão influenciam suas experiências por meio das abordagens teóricas decolonialidade e interseccionalidade. Os objetivos específicos incluem revisar temas relevantes como formação omnilateral, educação humana integral e suas conexões com o feminismo negro, coletar e registrar as experiências dessas mulheres, e analisar as formas de opressão que enfrentam no ambiente educacional do Campus Palmas do IFTO.

Ademais, a análise das vivências de mulheres negras no Campus Palmas do IFTO pode revelar não apenas os desafios, mas também as estratégias de resistência e 'reexistência' que desenvolvem frente às violências pelas quais são atravessadas. Essas narrativas oferecem um olhar crítico sobre a eficácia das

políticas de inclusão na EPT e sobre a necessidade de uma abordagem mais decolonial na educação, que reconheça e valorize as contribuições e as experiências de grupos historicamente marginalizados.

Ao investigar essas vivências, esse estudo pretende contribuir para a ampliação do debate sobre a EPT e seu papel na promoção da emancipação social e profissional das mulheres negras. Através de uma abordagem que combina a teoria social crítica do feminismo negro com a análise interseccional, busca-se evidenciar as formas pelas quais a educação pode, ou não, romper com os ciclos de opressão que historicamente têm limitado as possibilidades dessas mulheres.

Por fim, a pesquisa almeja somar-se ao coro de vozes afrodiáspóricas latinoamericanas que questionam a ordem estabelecida, fornecendo subsídios para a avaliação das políticas públicas existentes e formulação de outras estratégias que promovam a diversidade e a justiça social.

INTERSECCIONALIDADE, DECOLONIALIDADE E EPT: ALGUNS FUNDAMENTOS TEÓRICOS

No ensaio "O perigo de uma história única", Chimamanda Ngozi Adichie (2009) discute como a construção histórica está profundamente entrelaçada com as dinâmicas de poder. Ela argumenta que, assim como nas esferas política e econômica, as histórias são moldadas por quem as conta e em que contexto, com o poder determinando quais narrativas se tornam dominantes. Nora (1993, p.10) reforça essa ideia ao afirmar que o aparato científico da história fortaleceu a criação de uma memória verdadeira, enquanto a memória tradicional se dissipa, dando lugar a arquivos e documentos que legitimam certos discursos.

Entretanto, em nenhum momento da história, as tecnologias de letramento e registro foram acessíveis a todos os grupos sociais, o que ecoa a perspectiva de Foucault (1979) sobre a verdade ser produto de coerções vinculadas ao poder, que define o que é considerado verdadeiro. Nesse contexto, a memória coletiva, convertida em História, tem sido instrumentalizada

pelas elites globais como ferramenta de controle social, configurando o paradigma colonial.

Walsh (2010) observa que a colonialidade do poder criou e perpetuou uma hierarquia racializada, na qual os brancos ocupam o topo, enquanto as identidades de grupos indígenas e negros são homogeneizadas e desvalorizadas. Quijano (2005) complementa ao destacar que essa classificação racial foi fundamental para o enriquecimento das metrópoles e o desenvolvimento do capitalismo moderno, justificando a escravização e a persistência de condições de trabalho degradantes.

Na produção acadêmica contemporânea, a valorização das narrativas não-ficcionais, como testemunhos e histórias de vida, sublinha a importância da dimensão subjetiva na construção da identidade e cultura de grupos marginalizados. As memórias individuais ganham relevância por seu caráter coletivo, refletindo a interação desses grupos e fortalecendo a coesão na construção das chamadas narrativas de memória. Amplificar essas narrativas significa romper com o silenciamento histórico, trazendo à tona verdades reprimidas, como apontado por Grada Kilomba (2019), ao discutir os impactos do racismo e da inferiorização histórica sobre as mulheres negras.

O termo "opressão" refere-se a situações sistematicamente injustas em que um grupo é privado de acesso a recursos sociais por longos períodos. Collins (2019) identifica três dimensões principais da opressão: econômica, política e ideológica. A opressão econômica envolve a exploração do trabalho, onde indivíduos lutam pela sobrevivência, restringindo suas oportunidades de reflexão e aspiração. Na dimensão política, os direitos são sistematicamente negados, como o acesso ao voto e à alfabetização, excluindo comunidades oprimidas dos espaços de poder. Já a opressão ideológica está profundamente enraizada na sociedade, com estereótipos históricos que moldam percepções de forma que parecem naturais e inevitáveis. Essas dimensões interligadas criam um sistema complexo que continua a marginalizar e subalternizar indivíduos e comunidades globalmente.

Apesar da adoção da Carta das Nações Unidas em 1945 e da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, a desigualdade e a injustiça persistem. Segundo Carneiro (2011), a naturalização das desigualdades, seja por sistemas de castas, discriminação racial ou sexismo, reflete a noção de que certos indivíduos são considerados mais humanos que outros. No contexto da colonialidade, a construção ideológica do gênero revela a dominação masculina e a subordinação das mulheres. Spivak (2010, p.67) argumenta que, na produção colonial, "o sujeito subalterno não tem história e não pode falar," e essa condição é ainda mais obscurecida para as mulheres subalternas.

As teorias feministas, desde Beauvoir até hooks, examinam o sexismo na dicotomia público versus privado, característica da sociedade patriarcal. Enquanto as mulheres foram relegadas ao cuidado doméstico e à satisfação sexual dos maridos, os homens assumiram o controle das instituições econômicas, legais e políticas, consolidando sua posição como grupo dominante. A família, concebida como veículo de reprodução dos valores patriarcais, reforça a superioridade masculina e a inferioridade feminina, moldando representações de masculinidade associadas à força e dominância, e feminilidade à submissão e docilidade.

A resistência à colonialidade de gênero, conforme Lugones (2014), não ocorre isoladamente, mas através de uma compreensão compartilhada do mundo e da vida, permitindo que ações individuais sejam reconhecidas como parte de um processo de resistência. Kilomba (2019) define o racismo como uma "realidade violenta" que, apesar de fundamentar o fazer político e as estruturas de poder, é frequentemente tratado como um "problema periférico". Ela identifica três características do racismo: a construção da diferença, onde o sujeito negro é considerado diferente em relação a uma norma branca; a ligação intrínseca dessa diferença a valores hierárquicos que inferiorizam grupos racializados; e a articulação desse preconceito ao poder, revelando a supremacia branca como uma estrutura que não pode ser replicada por outros grupos.

O conceito de interseccionalidade, desenvolvido por feministas negras, analisa as interações entre diferentes avenidas de opressão, como classe, raça

e gênero. Crenshaw (2002) argumenta que essas interseções estruturam posições diferentes para grupos de mulheres, resultando em desempoderamento. Akotirene (2018) complementa que apenas através da interseccionalidade podemos compreender a posição das mulheres negras nas margens do patriarcado branco eurocêntrico.

hooks (1981) observa que o sexismo e o racismo são partes integrantes da ordem social e política imposta pelos colonizadores europeus, com a mulher negra sendo duplamente oprimida no comércio escravista. Essas estruturas tornam-se ferramentas políticas do colonialismo, capturando a subjetividade das subalternas. No Brasil, a falácia da igualdade racial e de gênero fortaleceu o discurso de que racismo e machismo eram "coisas do passado," apesar das desigualdades evidentes. Santos (2013) aponta que, mesmo após a abolição, as primeiras políticas públicas voltadas para a educação das mulheres negras só surgiram mais de 50 anos depois.

A narrativa nacional brasileira, ao negar o racismo e promover uma identidade "brasileira" unificada, omitiu as desigualdades raciais enfrentadas pelos negros. Gonzalez (2011) critica o feminismo brasileiro por perpetuar a democracia racial e negligenciar a questão racial nas estruturas de poder de gênero. Collins (2019) contribui ao conceito de interseccionalidade, destacando que formas de opressão se replicam em diferentes cenários, através de uma matriz de dominação que reorganiza essas interseções em formas variadas de opressão.

A memória coletiva tem sido progressivamente recuperada por grupos étnicos e socioeconômicos que preservam suas raízes e constroem uma identidade coletiva fundamentada em um passado significativo. Evaristo (2020) destaca que, para as mulheres negras, a escrita é uma forma de recuperar a subjetividade usurpada pela violência simbólica secular. hooks (2017) complementa, afirmando que a educação deve reconhecer a subjetividade e romper com a objetificação imposta pela cultura de dominação.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) visa uma formação integral que desafia a separação entre trabalho manual e intelectual,

conforme Marx (1962), que vê a educação como um meio de conscientização e transformação social. Contudo, Conceição (2021) observa a ausência de abordagens interseccionais nas pesquisas sobre raça e gênero nos Institutos Federais, destacando a necessidade de explorar as potencialidades da EPT na construção de novos discursos.

Mendes (2022) relata que a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil foi estabelecida em 1909 para formar "menores pobres" através do trabalho, evitando seu isolamento em reformatórios. Em 2008, com a criação da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia pela Lei nº 11.892, houve uma mudança de paradigma, com os Institutos Federais buscando contribuir para o desenvolvimento do país por meio da oferta de ensino, pesquisa e extensão alinhados às demandas locais. A escola Gramsciana, fundamento da EPT, enfatiza a importância de formar sujeitos críticos e reflexivos, capacitados para lutar por seus direitos e superar desigualdades sociais (MANACORDA, 2008). Ramos (2010) defende a promoção do pensamento complexo e a compreensão do processo histórico do conhecimento, integrando os eixos de trabalho, ciência, tecnologia e cultura para a formação plena do educando.

Frigotto (2005) reforça que as atividades educacionais devem ir além do espaço escolar, promovendo o diálogo entre diferentes saberes e culturas. A escola é um "lugar de memória" que contribui para a construção de uma identidade coletiva (Ciavatta, 2005), sendo os Institutos Federais um exemplo desses espaços. No entanto, eles também refletem a colonialidade do saber presente nas instituições de ensino brasileiras, perpetuando elementos do eurocentrismo e a hierarquização das culturas (Quijano, 2005).

Freire (1987) argumenta que a educação pode se tornar uma prática de dominação ao naturalizar a subalternização e silenciar contextos individuais. Assim, superar o racismo e promover a equidade de gênero exige mudanças estruturais e sociais profundas. No âmbito da EPT, é fundamental amplificar narrativas contra-hegemônicas que valorizem o protagonismo e os saberes dos sujeitos marginalizados.

Haguette (1992) e hooks (2017) ressaltam o potencial das narrativas autobiográficas na educação, propondo que estas histórias possam sugerir novas variáveis e questões, ampliando debates acadêmicos e permitindo uma compreensão mais rica do material discutido em sala de aula. Esta pesquisa adota as histórias de vida e narrativas autobiográficas como métodos para documentar as experiências das mulheres negras na EPT, buscando uma coconstrução do conhecimento de forma dialógica e colaborativa.

ESBOÇOS METODOLÓGICOS

Historicamente, a ciência foi concebida como uma atividade neutra e objetiva, com ênfase em métodos quantitativos voltados para a generalização universal. No entanto, a Escola de Chicago, no início do século XX, desafiou essa visão ao introduzir abordagens qualitativas que valorizavam a compreensão contextual das experiências humanas. Esses pesquisadores reconheceram o papel ativo dos indivíduos na construção de significados e na dinâmica social, promovendo uma mudança paradigmática nas ciências sociais e, particularmente, na educação.

Esse movimento trouxe à tona a ideia de que a metodologia de pesquisa deve ser adaptada ao objeto de estudo e às perguntas formuladas. Essa abordagem permite que questões sobre o “como” e “por que” se tornem centrais, promovendo a interdisciplinaridade e a abertura para novas áreas de estudo, como os estudos culturais, de gênero e decoloniais.

A pesquisa proposta pretende adotar uma abordagem qualitativa e participante, centrada em narrativas individuais e experiências subjetivas. A ortodoxia metodológica tradicional é questionada, pois ela sugere uma imparcialidade ilusória e um distanciamento entre pesquisador e objeto. A alternativa é seguir uma metodologia criativa e intuitiva, utilizando o conceito de bricolagem de Lévi-Strauss, que sugere a seleção e síntese de métodos diversos para compreender como o conhecimento é construído e como os agentes sociais reproduzem discursos dominantes.

A pesquisa-ação proposta é orientada pela existência implicada da

pesquisadora como mulher negra, reforçando a relevância da subjetividade consciente. Kilomba (2019) argumenta que a proximidade do pesquisador com o grupo estudado pode enriquecer a investigação, especialmente ao discutir temas sensíveis como o racismo. A narrativa, conforme Bakhtin (1993), é uma ferramenta essencial, onde contar a história de si e do outro se torna um ato de transição e empoderamento.

O estudo visa compreender como a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) contribui para a emancipação das mulheres negras no Campus Palmas do IFTO, através da seleção de 3 a 7 egressas, fenotipicamente negras, que concluíram cursos de Ensino Médio Integrado. A metodologia intuitiva e experimental começa com um questionário eletrônico semiaberto para mapear o perfil socioeconômico e a compreensão das participantes sobre as estruturas de opressão. A partir desse mapeamento, será realizada uma roda de conversa, onde as discussões serão guiadas por tópicos específicos, sem a interferência vocalizada da pesquisadora. Essa interação coletiva permitirá uma análise mais rica e significativa das narrativas, que serão captadas em áudio e vídeo de forma espontânea.

Posteriormente, as participantes serão convidadas a escrever um texto autobiográfico, relatando suas experiências como mulheres negras no IFTO. Esses textos, juntamente com as transcrições das rodas de conversa e respostas aos questionários, constituirão os dados da pesquisa, que serão analisados através de técnicas de análise de conteúdo. A análise se baseará nos temas emergentes e será guiada pelos referenciais teóricos de interseccionalidade e decolonialidade, conforme sugerido por Collins (2020), focando na relação entre teoria e prática como ferramenta de empoderamento.

Considerações éticas são fundamentais, garantindo o consentimento informado das participantes e promovendo um ambiente de respeito à diversidade. A escolha de um documentário como produto educacional é uma estratégia para apresentar de forma acessível e concisa as vozes das participantes, estimulando a reflexão e a compreensão profunda do tema estudado.

RESULTADOS ESPERADOS: OUTROS CAMINHOS PARA UMA EPT TRANSFORMADORA

Espera-se que os resultados obtidos consigam abordar como os estereótipos e preconceitos de gênero e raça impactam a trajetória educacional e quais estratégias de resistência e superação são desenvolvidas pelas estudantes negras do Campus Palmas. O produto educacional almeja ainda gerar impacto social duradouro, suscitando discussões, reflexões e o consequente empoderamento de mulheres negras na EPT, bem como, inspirar práticas educacionais.

Para que a EPT se torne um espaço verdadeiramente transformador e antirracista, é necessário incorporar uma abordagem interseccional que reconheça e enfrente as múltiplas dimensões da opressão que afetam os estudantes. A integração das perspectivas do feminismo negro e da educação intercultural é fundamental para desenvolver práticas educacionais que não apenas promovam o acesso à educação, mas também capacitem os estudantes a desafiar e transformar as estruturas sociais e educacionais que perpetuam a desigualdade.

O desafio para a EPT é, portanto, não apenas promover uma formação técnica e profissional, mas também cultivar uma consciência crítica e um compromisso com a justiça social. A construção de um currículo e práticas pedagógicas que reflitam e valorizem a diversidade das experiências dos estudantes e que enfrentem as desigualdades estruturais é essencial para promover uma educação que verdadeiramente emancipe e desenvolva a autonomia todos os indivíduos.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org). *Pensamento feminista - conceitos fundamentais*, Rio de Janeiro, Bazar

do tempo, 2019. p. 325-333.

CARNEIRO, S. **Mulher Negra**. Cadernos Geledés, Instituto da Mulher Negra, Cadernos IV, São Paulo 1993

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CIAVATTA, M. **O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?** Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./ abr. 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento** / Patricia Hill Collins; tradução Jamille Pinheiro Dias. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2019.

Conceição, C. C. S. **Histórias de vida de professoras negras da educação profissional no IFBA: e eu, eu não sou uma cientista?**. Salvador, 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - IFBA)

Crenshaw, K. W. (2002). **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. *Estudos Feministas*, ano 10, n° 1/2002, pp. 171-188

EVARISTO, Conceição. **A Escrivência e seus subtextos** in *Escrivência : a escrita de nós : reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* / organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes ; ilustrações Goya Lopes. Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148p.

FRIGOTTO, G. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. (Org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. RAE. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, 1995.

GONZALEZ, L. **Racismo e Sexismo na Cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223–244, 1984

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: *Caderno de formação política do Círculo Palmarino n.01 Batalha de Ideias*. (2011). 2011. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acessado em 07.02.2024.

GRAMSCI, A. **Cadernos Do Cárcere**. Volume 2: Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. Trad. De Carlos Nelson Coutinho 3ª Edição Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3 ed. ver.

amp. Petrópolis: Vozes, 1992.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo Martins Fontes, 2017.

_____. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e o feminismo**. Tradução Bhuvi Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023 14ª edição (1981).

_____. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiúva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019 (1952).

IERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. **A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde**. Revista Escola de Enfermagem. USP, v. 35, n. 2, jun. 2001.

LUGONES, Maria. **Debates Colonialidade do Gênero e Feminismos Descoloniais** • Rev. Estud. Fem. 22 (3) • Dez 2014

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al.]. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci: Americanismo e conformismo**. Tradução: William Laços, Ed. Alínea, campinas – SP, 2008.

NEIRA, Marcos Garcia e LIPPI, Bruno Gonçalves. **Tecendo a Colcha de Retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional**. Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 607-625, maio/ago. 2012. Disponível em:

NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142

RAMOS, F. P. **Mas afinal... o que é mesmo documentário?** São Paulo: Senac/SP, 2008.

RAMOS, M. N. **Ensino Médio Integrado: Ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica**. In: Jaqueline Moll et.al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. 312 p.

SANTOS, Anderson Oramisio; OLIVEIRA, Camila Rezende; Oliveira, Guilherme Santiago de; GIMENES, Olíria Mendes. **A História da Educação de Negros no Brasil e o Pensamento Educacional de Professores Negros no Século XIX**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 2013.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2007, vol.12, n.34, pp.152-165. ISSN 1413-2478.

SPIVAK, Gayatri C. (2010). **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y educacion intercultural**. In: VIANA, Jorge.; TAPIA, Luis.; WALSH, Catherine. Construyendo interculturalid crítica. La Paz: III – CAB, 2010. p. 75-96.